

PORTAS ABERTAS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Carlos Roberto Silva de Araújo¹

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela inclusão escolar, como tema de pesquisa, surgiu da prática profissional do aluno pesquisador, enquanto psicólogo escolar, de uma rede de ensino público, na região metropolitana de Belo Horizonte. Lá foi possível ver in loco os desafios e as possibilidades que o processo de inclusão escolar pode oferecer. Esta vivência mostrou que a inclusão escolar, na prática, era bem diferente daquela vista nas teorias ou aparatos legislativos. Pode-se ver que muitos professores reclamam da falta de capacitação para lidar com crianças com dificuldades, diferentes das que estavam acostumados. Percebe-se, assim, que a inclusão é vista por muitos como uma obrigação e que está longe de cumprir seus objetivos. Uma frase muito ouvida na rede de ensino da cidade proponente, e que evidencia esta dificuldade, é que “a educação atual conta com alunos do século XXI, professores do século XX e metodologias do século XIX”. Mesmo em uma rede única as práticas não são iguais e são marcadas por questões pessoais que dizem da crença e formação profissional de cada professor.

A temática proposta articula áreas distintas e amplas, dando grandes possibilidades de pesquisas e podendo propiciar maiores possibilidades de descobertas e intervenções. Há um grande número de trabalhos sobre o tema, mas em sua maioria, abordam as questões legais da inclusão escolar. Existe uma lacuna sobre a prática, sobre a realidade vivenciada nos processos de inclusão escolar. Destacam-se os trabalhos de (Mantoan, 2003; Sasaki, 2002; Stainback&Stainback, 1999; Aguiar, 2004; Fonseca (1995); dentre outros).

No cotidiano destes alunos percebe-se suas diferenças, sejam elas de gênero, caráter biológico, econômicas, raciais, dentre outras, bem como suas influências socioculturais. A existência destas diferenças faz parte da formação da sociedade e de cada indivíduo, portanto, não pode ser ignorada ou mesmo negligenciada. É impossível pensar num processo educacional com justiça e qualidade, se não for considerada a questão da diferença e é neste contexto que surge

1 Mestrando em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Especialista em Ensino Lúdico pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva. carlosaraujo@gmail.com

o campo da inclusão escolar. A ideia da inclusão, dentro da escola, remete a contextos de diferenças acentuadas: problemas de desenvolvimento, deficiência física e/ou mental, síndromes, transtornos, etc. Nestes casos estas diferenças dificultam e tendem a limitar o aprendizado, sendo necessárias estratégias para reduzir seu impacto negativo.

A inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos, visando, assim, o sucesso no processo educativo. Como o próprio MEC-SEESP (2007) coloca, o movimento pela educação inclusiva, existente dentro e fora do Brasil, é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Para tal é necessário um novo paradigma educacional, fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Nesta pesquisa não haverá uma delimitação sobre um ou outro tipo de inclusão escolar. Em outras palavras, não será trabalhada a inclusão da pessoa com deficiência física, da pessoa cega, da pessoa surda, do negro, do pobre, etc; mas sim de todos os alunos que apresentem algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Ao abordar o conceito de dificuldades de aprendizagem Mazer; Bello; Bazon (2009), mostram que não há consenso na literatura em relação à definição para as dificuldades de aprendizagem. Há perspectivas que abordam uma concepção orgânica, outras uma concepção social e mesmo psicossocial. Os mesmos autores citam que na perspectiva educacional, as dificuldades de aprendizagem refletem uma incapacidade ou impedimento para a aprendizagem ou para a aquisição de aptidões sociais. Ao citar Ballone (2004)², Mazer; Bello; Bazon (2009), afirmam que as dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como se fossem problemas insolúveis, mas como desafios que fazem parte do próprio processo da aprendizagem.

Na atualidade, a legislação vigente que regula os processos educacionais é composta pela Constituição de 1988, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº. 9.394/1996), pelo Plano Nacional da Educação (PNE, Lei nº. 10.172/2001), Estatuto da criança e do adolescente,

2 Ballone, G. B. (2004). Dificuldades de Aprendizagem (ou escolares). 2005: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=49&sec=19>

Lei Federal 7855 de 24 de outubro de 1989. Portanto, incluem Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais, além de outros decretos e Leis específicas e todas essas trouxeram contribuições ao tema da inclusão, mesmo que em contexto especial. A mais recente Lei sobre o tema é a Lei Brasileira de Inclusão - Lei 13.146/2015. Nesta nova legislação fica claro que o sistema educacional inclusivo deve ser adotado em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, objetivando alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem. Garante, ainda, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

Na LDB (1996), há a garantia da educação especial como modalidade de educação escolar, sendo oferecida na rede regular de ensino, esta visaria atender aluno com necessidades especiais. Há outras legislações que orientam a inclusão escolar, mostrando a importância desta para a formação cidadã. A integração de todos os alunos em salas de aulas heterogêneas enriquece a oportunidade do aprendizado, pois há a possibilidade de umas aprenderem com as outras. Para os mesmos autores é no ambiente escolar inclusivo que os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e semelhanças individuais. O valor do ensino inclusivo é o valor social da igualdade (STAINBACK; STAINBACK, 2006).

Omote (2004) ressalta que a inclusão escolar deve realizar-se em atitudes e apoio à afirmação da identidade dos indivíduos, destacando suas competências e favorecendo seu desenvolvimento. Outro fator que deve ser considerado é que a legislação vigente garante que deve haver igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A junção das observações práticas com a teoria sugere que o tema tem grande relevância de pesquisa, destacando-se a relevância social, onde acredita-se que o estudo sobre o processo de inclusão escolar poderá dar maiores informações que poderão melhorar a compreensão do tema e orientar práticas educacionais neste sentido. Destaca-se, ainda, a relevância acadêmica, pois para a academia todas as informações produzidas poderão embasar estudos ou práticas futuras, além de ser uma fonte de pesquisa e conhecimento.

O exposto realça o papel da educação para a vida e que todo trabalho científico reflete esta característica humana de buscar e aprimorar o leque de conhecimentos que se tem ou que se pretende alcançar. Concorde-se com Santos (2010), quando este afirma que o conhecimento produzido pela ciência, só tem valor se puder ser utilizado pela sociedade. Este é um dos objetivos deste trabalho, gerar conhecimento que possa propiciar mudanças positivas e úteis para o melhor desenvolvimento do processo educativo.

Cabe, ainda, lembrar que a educação é um direito garantido por Lei e que demanda de investimentos de políticas públicas. A proposta de inclusão escolar também possui forte intervenção destas políticas. Tais motivos dão mais crédito a esta pesquisa, pois poderá fornecer subsídios para a implantação ou manutenção destas políticas.

Assim o problema de pesquisa resulta da indagação de como é feita a inclusão escolar, dos alunos com dificuldades de aprendizagem, numa escola típica de ensino fundamental? E o objetivo deste trabalho é compreender as práticas docentes que promovem a inclusão escolar dos alunos das séries iniciais de uma escola fundamental.

A metodologia utilizada terá pressupostos etnográficos. De acordo com Gil (2017), a pesquisa etnográfica tem origem na Antropologia, sendo utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como comportamentos, crenças e valores, baseada em informações coletadas mediante trabalho de campo. Seu uso foi difundido e aperfeiçoado e hoje é utilizada por campos diversos, podendo-se citar a educação, a saúde, a administração, dentre outros. Ressalta-se, ainda, a necessidade da presença do pesquisador em campo.

Gil (2017) mostra que a pesquisa etnográfica envolve uma descrição detalhada da cultura como um todo. Ocorre que, na perspectiva contemporânea, a maioria das pesquisas se realiza no âmbito de unidades menores, como: empresas, escolas, hospitais, parques [...]. Para Mattos,

Pretende-se, neste trabalho, utilizar uma sala de aula, como fonte de pesquisa. Para Mattos; Castro (2011) a etnografia, em sala de aula, é possível, mas é necessário se considerar este espaço como cultura, buscando entender suas manifestações, particularidades, etc.

A etnografia é capaz de revelar as relações e interações ocorridas no interior das escolas, assim como de outras instituições, bem como parte dessas estruturas sociais de forma que esta se abra e evidencie os processos por elas engendrados e de difícil visibilidade para os sujeitos que dela fazem parte (MATTOS; CASTRO, 2011, p.51).

Outra premissa importante mostrada por Mattos; Castro (2011), é de que a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

Nos pressupostos metodológicos assumidos tem-se que a base norteadora, deste trabalho, será caracterizada por uma descrição densa e fidedigna, bem como uma postura de dedicação e comprometimento do pesquisador, buscando investigar, analisar e compreender os significados dados pelos participantes. Mattos; Castro (2011) coloca que na pesquisa de cunho etnográfico o pesquisador deve desenvolver um olhar mais sensível para questões cotidianas, muitas vezes imperceptíveis aos participantes.

Na perspectiva educacional a pesquisa etnográfica ocorre em um contexto múltiplo e rico de sentidos e significados, sendo um verdadeiro universo cultural. André (1995), mostram que por tais características e possibilidades oferecidas à pesquisa em campo, a etnografia é capaz de aproximar o pesquisador das questões explícitas e implícitas na escola, possibilitando a imersão neste universo sociocultural, permitindo a observação minuciosa das mais variadas formas de relações e interações escolares.

2 Desenvolvimento

Como este trabalho será embasado pela perspectiva etnográfica, acredita-se que muito poderá vir a ser revelado no contato com o campo, com os sujeitos da pesquisa e na análise dos dados que serão coletados. Assim, uma escolha teórica fixada à priori pode não ser viável. Contudo adotou-se uma direção teórica que aponta para a inclusão escolar como um novo paradigma, o que não impede que novas categorias e/ou teorias possam ser acrescentadas ao longo do trabalho. Como mostrado por Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (2002), por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo é perfeitamente aceitável que as teorias surjam com a análise dos dados.

2.1 A inclusão escolar

Para entender o processo de inclusão escolar, vivenciado hoje no cenário brasileiro, faz-se necessário conhecer um pouco da história que o antecede. Foucault (1997) já mostrava que no decorrer da história o diferente era colocado a margem, segregado, excluído. Isso não era diferente no contexto escolar. Mazzotta (2005) mostra que, no Brasil, era comum, e mesmo legítimo, a exclusão daqueles que possuísem algum tipo de deficiência. Para este autor somente a partir do século XIX é que esta realidade começou a ser mudada, tendo como base experiências norte-americanas e europeias.

Nas palavras de Mantoan (2003), ao estudar o histórico da inclusão escolar no Brasil, podemos dividir a história da educação das pessoas com deficiência em três momentos distintos.

- de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado;
- de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- de 1993 (até a atualidade) – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar (MANTOAN, 2003, p.01).

Para Mazzotta (2005), um marco neste primeiro momento foi a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Fica claro que neste período as tentativas de inclusão foram marcadas pelo atendimento clínico especializado, incluindo a educação escolar. Mendes (2006) aponta que a institucionalização se justificava pela crença de que as pessoas com deficiência seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas em ambientes separados do público em geral.

Mantoan (2003) mostra que no segundo momento, a educação especial foi assumida pelo poder público em 1957. A partir deste ano, surgiram no Brasil alguns movimentos comunitários que buscavam chamar atenção para o descaso público com a educação das pessoas especiais, as quais não tinham lugar na escola comum. Seguindo uma tendência mundial, a partir da década de 1970, algumas escolas regulares passaram a receber estudantes com deficiência, em salas especiais direcionadas às suas dificuldades.

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial, onde foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC (MANTOAN, 2003, p.01).

A autora, ainda, destaca o papel crucial de grupos de pais de alunos com deficiência nesse cenário. Além de promover grande pressão junto aos órgãos públicos, estes grupos se mobilizaram e um exemplo disso foi a criação das APAE.

Aguiar (2004) mostra que a proposta da inclusão escolar, foi fomentada, no Brasil, a partir da década de 80 e em 1998 a Constituição Federal Brasileira, garantiu que o ensino deveria ser ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Houve, ainda, importantes debates e dispositivos, em nível mundial, visando a inclusão escolar que, de certa forma, tiveram grande influência na política educacional brasileira. Destes pode-se destacar a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), ambas deram folego às discussões sobre a inclusão escolar, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Estas, ainda, influenciaram a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, pois trouxeram importantes contribuições para a construção de uma escola para todos, afirmando que as instituições de ensino devem criar mecanismos que atendam as diferentes especificidades dos estudantes (MANTOAN, 2003). Fica evidente neste terceiro momento que há um novo paradigma no que se refere à inclusão escolar.

Recriar um novo modelo educativo com ensino de qualidade, que diga não a exclusão social, implica em condições de trabalho pedagógico e uma rede de saberes que entrelaçam e caminham no sentido contrário do paradigma tradicional de educação segregadora. É uma reviravolta complexa, mas possível, basta que lutemos por ela, que nos aperfeiçoemos e estejamos abertos a colaborar na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão. Pois nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Ela tem diferenças e igualdades, mas entre elas nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente (MANTOAN, 2003, p. 70).

2.2 A inclusão escolar e suas faces

De acordo com Aguiar (2004), o ensino inclusivo seria a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, suas deficiências, sua origem, condição socioeconômica ou cultural. Fica evidente que na proposta da inclusão escolar, atual, todas as diferenças devem ser respeitadas e todos os sujeitos incluídos na vida social, seja dentro ou fora da escola. A escola inclusiva é a escola para todos. Esta visão, também, é defendida por muitos dos autores pesquisados.

A declaração de Salamanca afirma que as escolas comuns representam o meio mais eficiente para combater as atitudes discriminatórias (ANJOS; ANDRADE; PEREIRA, 2016).

O princípio fundamental desta declaração orienta que as escolas possam acomodar todas as crianças juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que

possam ter, que sejam de origem física, intelectual, social emocional linguística, ou outras (AGUIAR, 2004, p. 15).

O paradigma da inclusão preconiza não só a inclusão das pessoas com deficiência, mas de todos, independentemente de suas condições existenciais (ANJOS; ANDRADE; PEREIRA, 2016). Como mostra Guimarães (2003), a inclusão de estudantes com deficiências nas classes regulares pressupõe um avanço histórico. A legislação que aborda a temática da inclusão também sofreu alterações ao longo do tempo, tentando se adaptar à realidade. A educação é um direito garantido pelo estado.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para Lopes (2012), a educação inclusiva é um processo em que se amplia mediante a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino típicos. Buscando promover uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humana, democrática, que busca compreender o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Nos trabalhos pesquisados, sobre inclusão escolar, fica evidente que cada área do conhecimento se dedicou ao tema com base em seu campo de saber. Tais trabalhos, cada um a seu modo, contribuem de forma significativa para a área, além de possibilitar novos estudos.

Ao se fazer uma busca por trabalhos sobre o estado da arte sobre o tema viu que o trabalho de Bisol; Sangherlin; Valentini (2013) mostra, de forma objetiva, que a área da educação é a que mais se dedica a estudar a inclusão escolar, seguida da Psicologia, há contribuições de outras áreas, mas de forma menos expressiva.

Dentro do contexto atual alguns trabalhos citados por Bisol; Sangherlin; Valentini (2013), apontam a dificuldade de adaptação das escolas à realidade inclusiva, a falta de condições necessárias para propiciar a inclusão escolar, dúvidas sobre como ministras as aulas e a ausência de um modelo a se seguir, além da insegurança dos professores da rede típica. A adaptação dos currículos deveria ser uma prioridade, de modo a proporcionar um objetivo coletivo que considere as singularidades (BARKLEY et al, 2008).

Outro ponto abordado por Bisol; Sangherlin; Valentini (2013), é a falta de apoio de uma equipe técnica para dar suporte à escola e aos profissionais que lidam com a inclusão. É comum não haver capacitações e nem mesmo profissionais que possam tirar dúvidas e fazer intervenções de orientação aos professores.

Para Bisol; Sangherlin; Valentini (2013), a característica multidisciplinar também é abordada por alguns autores. Somente o professor com seu saber, muitas vezes limitado, não pode dar conta do processo inclusivo sozinho. Estes autores destacam que tentar fazer um processo de inclusão escolar, com qualidade, e sem os devidos recursos é algo praticamente impossível e esta realidade é abordada por alguns autores. Ainda nessa questão estrutural muitos profissionais reclamam do excesso de alunos por sala de aula, o que dificultaria o trabalho

Ao tratar de políticas públicas que lidem com a inclusão e de metodologias apropriadas vê-se que ainda estamos longe do ideal, sendo que o que existe não dá conta da demanda e nem atende a realidade. Não é possível fazer um processo de inclusão escolar sem promover a participação da família em conjunto com a escola. As dificuldades em incluir a família no processo vão desde a não aceitação do problema, à falta de comunicação com a escola, dificuldade de compreensão do processo de aprendizagem a qual o aluno está vinculado estes aspectos foram abordados por (BISOL; SANGHERLIN; VALENTINI (2013).

2.3 Inclusão, integração e educação especial

É comum haver certa confusão ao se tratar da educação inclusiva, muitos a confundem com a educação especial. Como visto anteriormente a proposta da inclusão escolar tende a romper com o paradigma tradicional, significando uma mudança.

A educação especial é uma modalidade prevista na Constituição Federal e na LDB. Ela se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais (NORONHA; PINTO, 2014, p. 03). De forma resumida na modalidade de educação especial existe um espaço específico e planejado para atender um grupo específico de alunos.

Na integração o que ocorre é o aceite de um aluno com características específicas e que requeiram um cuidado diferenciado, na rede regular. Assim há o deslocamento de recursos para este atendimento. Nas palavras de Mantoan (2003, p.16) “é o especial na educação regular.” O objetivo da integração ´e inserir um aluno ou grupo de alunos, que já foram excluídos em um momento anterior.

Já na inclusão escolar o objetivo é não deixar ninguém de fora. Todos devem frequentar o ensino regular desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem uma organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função destas necessidades.

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades em aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p.16).

A autora é incisiva na defesa da proposta inclusiva e na ruptura do sistema vigente, nas palavras da mesma a maioria dos que fracassam na escola não são alunos do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! Isso mostra uma ineficiência que precisa ser debatida, compreendida e mudada e nesta perspectiva o ensino inclusivo surge como uma opção.

A distinção entre integração e inclusão e é um começo para um processo de transformação, que possa, de fato, acolher todos os alunos, sem nenhuma distinção. Mantoan (2003) garante que as crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado.

3 Conclusão

Promover, de fato, uma verdadeira inclusão escolar pressupõe romper com todo um paradigma, que até então se mostrou incapaz de lidar com as peculiaridades e demandas do processo inclusivo. Ao buscar compreender como os professores promovem a inclusão escolar em sua prática diária, pretende-se gerar conhecimento capaz de favorecer a mudança de perspectiva vigente, dando aos professores, que alegam não saber o que fazer, informações que poderão, auxiliá-lo em sua prática profissional.

Percebe-se, pelo exposto, que o que de fato ocorre, na maioria dos casos, é a integração e não a inclusão escolar. Fica claro a necessidade de enfrentar o desafio em prol de um sistema verdadeiramente inclusivo, pois somente a inclusão total e irrestrita poderá reverter a situação

de fracasso onde os alunos são culpados pelas deficiências do próprio sistema de ensino.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião. **Educação inclusiva: jogos para o ensino de conceitos**. Campinas: Papirus, 2004. 96 p.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. In: O planejamento de pesquisas qualitativas. 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Pesquisa_Quantitativa.pdf>. Acesso em: 10/ 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Mirian Rosa. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso**. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a10.pdf>>. Acesso em: 22/10/2017.

BARKLEY, R. A. et al. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Manual para Diagnóstico e Tratamento**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BISOL, Cláudia Alquati; SANGHERLIN, Rafaella Ghidini; VALENTINI, Carla Beatris. **Educação inclusiva: estudo de estado da arte das publicações científicas brasileiras em Educação e Psicologia**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2747>>. Acesso em: 15/08/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 11/12/2017.

_____. Senado Federal. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Brasília: 2015.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 1997. São Paulo, Perspectiva.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. 184 p.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola, São Paulo, Ano XVII n. 165, p.40-47, set. 2003.

LOPES, Lorena Martins. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular** – Monografia de especialização. 2012. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4691/1/MD_EDUMTE_I_2012_14.pdf>. Acesso em: 12/08/2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no brasil- da exclusão à inclusão escolar**. 2003. Disponível em: < <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 12/09/2017.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2013. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>>. Acesso em: 10/07/2017.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. 2011. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/8fcfr>>. Acesso em: 17/09/2017.

MAZER, Sheila Maria; BELLO, Alessandra Cristina Dal; BAZON, Marina Rezende. **Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados**. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100002>. Acesso em: 21/11/2017.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências**. 2014. Disponível em: < http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf>. Acesso em: 20/10/2017

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Declaração mundial de educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. New York: WCEFA, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

6 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | I Simpósio Educação, Formação e Trabalho

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.